

o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício; **d)** Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; **e)** Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento. **f)** Apurado conforme legislação vigente do Município de São Paulo. **15. Instrumentos financeiros:** Em 31/12/2017 e 2016, o IRLM não possuía instrumentos financeiros derivativos. O IRLM está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31/12/2017 e 2016 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O IRLM está exposto, ainda,

Faculdade de Medicina (FFM) - Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) ao risco de crédito das instituições financeiras. O IRLM adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira.

	Valor contábil	
	2017	2016
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.618.177	3.138.199
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	445.350	365.820
Serviços de terceiros	663.296	590.850
16. Seguros: Em 2017 e 2016, o IRLM possuía apólices de seguros no		

Diretoria: Prof. Dr. Flavio Fava de Moraes – Diretor Geral Prof. Dr. Yassuhiko Okay – Vice Diretor Geral Amaro Angrisano – Superintendente Financeiro Marcus Cesar Mongold – Contador – CRC 1SP173756/O-0
As Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina em reunião realizada em 04 de abril de 2018.

Relatório do Auditor Independente
Aos: Conselheiros e Administradores do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM), em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº1, o Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às

Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representa-

ções falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de março de 2018.
Jefferson Coelho Diniz **Grant Thornton Auditores Independentes**
CT CRC 1SP-277.007/O-8 CRC 2SP-025.583/O-1

MENDES GONÇALVES S/A

C.N.P.J. Nº 55.288.799/0001-55

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar-lhes o relatório sobre os negócios sociais, as Demonstrações Contábeis compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Fluxo de Caixa, relativos aos exercícios de 2017 e 2016. Colocamo-nos a disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Ponta Porã - MS, 26 de Fevereiro de 2018.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - R\$				Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - R\$			
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			Circulante			Reculta Operacional Bruta	
Caixa e Equivalentes de Caixa	630.570,72	751.581,03	Fornecedores	30.025,60	27.000,00	Vendas e Serviços	-
Adiantamentos	-	46.109,53	Salários e Encargos a Pagar	200,20	132,00	(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	-
Outras Contas a Receber	2.169,47	1.568,43	Impostos a Pagar	351,43	428,85	Impostos e Contribuições sobre Vendas	-
Impostos a Recuperar	80.417,84	65.958,55	Contribuição Social a Pagar	-	-	Reculta Operacional Líquida	-
Total do Circulante	713.158,03	865.217,54	Imposto de Renda a Pagar	-	-	Lucro Bruto	-
Não Circulante			Dividendos a Pagar	3.073.198,82	225.589,92	(Despesas) Receitas Operacionais	
Investimentos	105.324.822,57	89.635.173,00	Total do Circulante	3.103.776,05	253.150,77	Gerais e Administrativas	(105.625,17)
Investimentos	105.324.822,57	89.635.173,00	Patrimônio Líquido			Receitas Financeiras	122.444,41
Imobilizado	521,06	521,06	Capital Social	13.000.000,00	13.000.000,00	Despesas Financeiras	(3.903,31)
Valores Originais	18.897,40	18.897,40	Reserva de Lucros				12.915,93
(-) Depreciações Acumuladas	(18.376,34)	(18.376,34)	Reserva Legal	2.600.000,00	2.600.000,00	Resultado da Equivalência Patrimonial	25.675.561,27
Total do não Circulante	105.325.343,63	89.635.694,06	Reserva de Lucros a Realizar	87.334.725,61	74.647.760,83	Lucro Operacional	25.688.477,20
Total do Ativo	106.038.501,66	90.500.911,60	Total do Patrimônio Líquido	102.934.725,61	90.247.760,83	Resultado do Exercício antes do I.R.P.J. e Contribuição Social	25.688.477,20
			Total do Passivo	106.038.501,66	90.500.911,60	Imposto de Renda	(5.473,92)

Notas Explicativas Demonstrações Contábeis 31 de Dezembro de 2017
Notas Explicativas: 1. Contexto Operacional: A Sociedade tem por objeto a importação e exportação de produtos agropastorais; produção e comercialização de sal mineralizado; representação de firmas nacionais ou estrangeiras; administração e gerência de outras empresas; e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. **2. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei nº 11.638/07 e as constantes nos pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), CPC09, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Assim, como consequência, não é requerida para esta Sociedade. **4. Resumo Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **4.1 - Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, mensurados a valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações contábeis requerem uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade, no processo de aplicação das políticas contábeis. **4.2 - Transações com Partes Relacionadas - (CPC 05):** As transações com empresas do Grupo são registradas de maneira idêntica às operações correntes, em contas específicas. **4.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa - (CPC 03):** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **4.4 - Reconhecimento e Mensuração - (CPC 38/46):** Os recebíveis e empréstimos são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, ao método linear. **4.5 - "Impairment" Ativos Financeiros:** A Sociedade avalia no final de cada exercício social se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e as perdas por "impairment", ocorrem na evidência objetiva de resultado de eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, "evento de perda", que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros e que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem: "Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor, quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, condições econômicas, com mudanças adversas, inadimplências sobre os ativos na carteira. **4.6 - Investimentos:** Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95. Os dividendos recebidos são contabilizados ao resultado do exercício. Participações em Outras Empresas

em 31/12/2017 e 31/12/2016
Larangeira Mendes S.A. R\$ 67.944.585,67 R\$ 56.101.225,56
Companhia Mate Larangeira R\$ 37.374.895,92 R\$ 33.528.606,44
4.7 - Imposto de Renda e Contribuição Social: São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados conforme legislação fiscal vigente. Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, foram calculados com base na opção pelo regime de lucro real, sobre as receitas tributáveis na forma da legislação prevista. **4.8 - Capital Social:** O capital social está dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações assim divididas em 99.855.083 ordina-
Raul Francisco Mendes Prates - Diretor Presidente
Alécio Claudiné Guerino - Diretor Vice-Presidente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - R\$			
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros a Realizar
Saldo em 31/12/2015	13.000.000,00	2.600.000,00	66.139.018,41
Lucro Líquido do Exercício	-	-	17.998.598,23
Dividendos Distribuídos	-	-	(9.500.000,00)
Reversões de Dividendos Próprios	-	-	10.144,19
Saldo em 31/12/2016	13.000.000,00	2.600.000,00	74.647.760,83
Lucro Líquido do Exercício	-	-	25.679.718,93
Dividendos Distribuídos	-	-	(13.000.000,00)
Reversões de Dividendos Próprios	-	-	7.245,85
Saldo em 31/12/2017	13.000.000,00	2.600.000,00	87.334.725,61

4.9 - Reserva de Lucros e Legal: Contemplando a Lei nº 11.638, em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal, tem seu valor limite de 20% do capital social, não sendo constituída, observado a determinação do artigo 193 da Lei 6.404/76. **4.10 - Reservas de Lucros a Realizar:** Consoante a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em seu artigo 178, § 2º, letra d, o Patrimônio Líquido, divide-se em: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Prejuízos Acumulados. Assim, o saldo remanescente da Conta de Lucros Acumulados, deve ter sua destinação como Dividendos a Pagar ou em conta específica, no caso de Reserva de Lucros a Realizar, contemplando a interpretação 08 do CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **4.11 - Reconhecimento da Receita - (CPC 30): 4.11.1 - Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros linear e efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado. **4.11.2 - Equivalência Patrimonial - (CPC 18):** O resultado da equivalência patrimonial corresponde à participação da investidora no resultado da coligada, da controlada e da controlada em conjunto. A participação sobre as mutações patrimoniais na investida derivadas de outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da investida deve também ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investidora e, não, no resultado. **4.12 - Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pela Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício. **4.13 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. Estas demonstrações incluem estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, "Impairment" nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques e provisão para contingências, entre outras. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo: **4.14 - Gestão de Risco Financeiro: Fatores de Risco Financeiro: Risco de Mercado:** a) Risco de Crédito, Liquidez, Capital e de Estimativa de Valor Justo. A Sociedade está exposta a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e de crédito. Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pela Administração, e dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas, tem como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros. A Sociedade possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros, no controle da posição de liquidez que ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de ca-

Cláudio Roberto da Silva - CRC/MS 008052/O-6
Parecer dos auditores independentes encontram-se a disposição na sede da Sociedade.